

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO 2013

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,
Em 2013, o Conselho de Administração, em conjunto com a Diretoria, revisou a missão, a visão de futuro e os valores do Grupo Neoenergia. Com essa iniciativa e face aos novos desafios apresentados para o setor energético no Brasil, o Grupo renovou seu compromisso com o desenvolvimento sustentável do país e reformulou o enunciado de sua Missão: "Ser a energia que movimenta e ilumina a vida para o bem-estar e o desenvolvimento da sociedade". Essa é a razão de ser do Grupo Neoenergia. E esse compromisso se confirmou por meio dos investimentos feitos pelo Grupo na geração, transmissão e distribuição de energia. Em 2013 foram investidos R\$ 2,9 bilhões, sendo R\$ 1,6 em distribuição, R\$ 1,26 em geração e R\$ 28 milhões em transmissão.

Transformação socioeconômica nas regiões onde atua, respeito pelo cliente, foco nas pessoas, atuação sem fronteiras, integridade, sustentabilidade e criação de valor para seus acionistas. Esses valores, aliados à transparência e à solidez do Grupo Neoenergia, levaram a agência de rating S&P reafirmar, em 2013, pelo quarto ano consecutivo, sua nota máxima na escala nacional (brAAA) e grau de investimento na escala global (BBB-).

Como parte integrante deste que é um dos 40 maiores grupos econômicos do Brasil, a NC Energia S.A está ciente da sua contribuição para o desenvolvimento sustentável do País e preparada para prosseguir com o propósito firme de ser admirado pelos seus clientes, governo e colaboradores e reconhecido, nacionalmente, como referência em inovação, padrões de operação, qualidade de atendimento, rentabilidade e crescimento.

Marco Geovanne Tobias da Silva
Presidente do Conselho de Administração

1. BREVE HISTÓRICO DA COMPANHIA

A NC Energia S.A. ("NC Energia" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, e tem por objeto social a comercialização de energia e gás, sendo concebida para operar na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e junto aos clientes livres, autoprodutores, co-geradores de energia e demais agentes do setor. A Companhia foi constituída em 16 de agosto de 2000, sendo autorizada a operar pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL em novembro de 2000, tendo o início de suas operações no mercado a partir de junho de 2001.

BALANÇOS PATRIMONIAIS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais

ATIVO	Notas	2013	2012	PASSIVO	Notas	2013	2012
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	32.882	31.011	Fornecedores	12	65.128	66.489
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	5	95.612	92.661	Salários e encargos a pagar		1.254	1.264
Títulos e valores mobiliários	6	28	10	Impostos e contribuições a recolher	13	14.201	22.722
Impostos e contribuições a recuperar	7	24.637	24.901	Dividendos e juros sobre capital próprio	14	63.371	36.836
Estoques		19	-	Outros passivos circulantes		32	94
Despesas pagas antecipadamente		17	17	TOTAL DO CIRCULANTE		143.986	127.405
Outros ativos circulantes		706	385	NÃO CIRCULANTE			
TOTAL DO CIRCULANTE		153.901	148.985	Provisões	15	1	1
NÃO CIRCULANTE				Partes relacionadas	19	1.236	1.269
Títulos e valores mobiliários	6	249	1.156	TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		1.237	1.270
Impostos e contribuições a recuperar	7	77	77	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16		
Partes relacionadas	19	311	-	Capital social		18.877	13.600
Dividendos a receber		1.437	1.326	Reservas de lucro		3.517	2.720
Impostos e contribuições sociais diferidos	8	4.968	4.526	Transação com sócios		(8.210)	(7.663)
Investimentos		6.485	2.071	Proposta de distribuição de dividendos adicional		11.363	22.748
Investimentos em Partes relacionadas	9	6.001	1.513	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		25.547	31.405
Outros investimentos		484	558	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		170.770	160.080
Imobilizado	10	1.307	1.077				
Intangível	11	2.035	862				
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		16.869	11.095				
TOTAL DO ATIVO		170.770	160.080				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais

	Reservas de Lucros		Transações com sócios	Lucros/Prejuízos Acumulados	Proposta de Distribuição de Dividendos adicional	Total do Patrimônio Líquido
	Capital Social	Reserva Legal				
Saldo em 01 de janeiro de 2012	13.600	1.462	-	-	-	15.062
Lucro líquido do exercício	-	-	-	31.589	-	31.589
Transações com sócios:						
Transações de capital	-	-	(7.663)	-	-	(7.663)
Destinações:						
Reserva Legal	-	1.258	-	(1.258)	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(509)	-	(509)
Dividendos adicionais	-	-	-	(22.748)	22.748	-
Dividendos propostos	-	-	-	(7.074)	-	(7.074)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	13.600	2.720	(7.663)	-	22.748	31.405
Aumento de Capital	5.277	-	-	-	-	5.277
Lucro líquido do exercício	-	-	-	15.949	-	15.949
Aprovação da proposta de dividendos	-	-	-	-	(22.748)	(22.748)
Transações com sócios:						
Transações de capital	-	-	(547)	-	-	(547)
Destinações:						
Reserva Legal	-	797	-	(797)	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(778)	-	(778)
Dividendos propostos	-	-	-	(14.374)	11.363	(3.011)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	18.877	3.517	(8.210)	-	11.363	25.547

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Informações Gerais

A NC Energia S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, e tem por objeto social a comercialização de energia e gás, sendo concebida para operar na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e junto aos clientes livres, autoprodutores, co-geradores de energia e demais agentes do setor. A Companhia foi constituída em 16 de agosto de 2000, sendo autorizada a operar pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL em novembro de 2000, tendo o início de suas operações no mercado a partir de junho de 2001.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração destas demonstrações financeiras em 20 de março 2014, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado.

2. Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. As principais estimativas relacionadas às demonstrações contábeis referem-se à energia elétrica comprada na CCEE, ao registro dos efeitos decorrentes da provisão para contingência e realização de impostos e contribuições sociais diferidos. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: o registro da receita de fornecimento de energia e compra de energia não faturados, o registro da comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. **2.3. Reconhecimento de receita**
A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita líquida é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

a) Receita não faturada

Corresponde à receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao cliente, calculada em base estimada, referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês.

b) Receita de juros

A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

2.4. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos correntes e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a item registrados diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

As alíquotas aplicáveis do imposto de renda e da contribuição social ("IR e CS") são de 25% e 9%, respectivamente. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício. Para o cálculo do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente, a Companhia adota o Regime Tributário de Transição - RTT, que permite expurgar os efeitos decorrentes das mudanças promovidas pelas Leis 11.638/2007 e 11.941/2009, da base de cálculo desses tributos.

2. DESEMPENHO DO NEGÓCIO

Em 2013 a NC Energia contratou operações na ordem de 670 MW méd, realizando vendas totais cerca de R\$ 950,00 milhões. Enfrentou um significativo aumento no Custo dos Bens do Serviço em decorrência de alterações regulatórias que restringiram os direitos de sazonalização das garantias físicas das geradoras de energia incentivada, que provocaram a necessidade de compras adicionais dessa modalidade de energia com vistas a atender as exigências de lastro.

No âmbito da organização dos processos, a NC Energia desenvolveu e implementou novas sistemáticas de avaliação do risco das operações, bem como deu continuidade ao projeto de integração automática do seu sistema comercial ao ERP corporativo, provido pela SAP.

3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Dados Econômico - Financeiro - R\$ mil	2012	2013	Δ %
Receita Operacional Bruta	840.805	950.796	13,1%
Receita Operacional Líquida	694.875	798.248	14,9%
EBITDA	42.049	21.382	(49,1%)
Resultado do Serviço	38.839	21.164	(45,5%)
Resultado Financeiro - Exceto JSCP	3.280	2.702	(17,6%)
Lucro Líquido	31.589	15.949	(49,5%)
Ativo Total	160.080	170.770	6,7%
Dívida Líquida ¹	(32.177)	(33.159)	3,1%
Patrimônio Líquido	31.405	25.547	(18,7%)

Indicadores Econômico-Financeiros²

Margem EBITDA	6,05%	2,68%	(3,37) p.p.
Margem Líquida	4,55%	2,00%	(2,55) p.p.
Dívida Líquida/EBITDA	(0,765)	(1,551)	102,7%

¹ Dívida total líquida das disponibilidades e aplicações em títulos

² p.p. - pontos percentuais

Atendendo a Instrução CVM nº 527 demonstramos no quadro abaixo a conciliação do EBITDA (sigla em

inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA) e, complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma instrução:

Conciliação de EBITDA - R\$ Mil	2012	2013	Δ %
Lucro Líquido	31.589	15.949	(49,5%)
Imposto de Renda e CSLL	13.455	7.918	(41,2%)
Receita Financeira	(7.164)	(3.827)	(46,6%)
Despesa Financeira	3.884	1.125	(71,0%)
Amortização / Depreciação	285	217	(23,9%)
EBITDA	42.049	21.382	(49,1%)

4. ENDIVIDAMENTO

4.1. PERFIL DA DÍVIDA

A Companhia não possui compromissos de dívida com terceiros ou capital de giro a financiar. Para financiar seus investimentos a Companhia utiliza capital próprio. A Neoenergia, grupo econômico no qual a Companhia faz parte, tem como um dos pontos da sua política financeira priorizar o financiamento dos investimentos junto a organismos multilaterais e agências de fomento, a exemplo do BNDES, BNB e FINEP.

5. AGRADECIMENTOS

Ao reconhecermos que o resultado alcançado é consequência da união e do esforço de nossos colaboradores e do apoio, empenho, incentivo e profissionalismo recebidos dos públicos com os quais nos relacionamos, queremos expressar nossos agradecimentos aos nossos acionistas, aos nossos clientes, fornecedores, aos Governos Municipais, Estaduais e Federal e demais autoridades, às Agências Reguladoras e aos Agentes do Setor.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais

	Notas	2013	2012
RECEITA LÍQUIDA	17	798.248	694.875
CUSTOS DOS SERVIÇOS	18	(775.458)	(645.583)
LUCRO BRUTO		22.790	49.292
Despesas com vendas	18	(1.583)	(10.335)
Despesas gerais e administrativas	18	(43)	(118)
Resultado de participações societárias		1	2.925
LUCRO OPERACIONAL		21.165	41.764
Receitas financeiras		3.827	7.164
Despesas financeiras		(1.125)	(3.884)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		23.867	45.044
Imposto de renda e contribuição social		(7.918)	(13.455)
Corrente		(8.361)	(17.271)
Diferido		443	3.816
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		15.949	31.589
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO POR AÇÃO - R\$			
Ordinária		0,85	2,32

A Companhia não possui outros resultados abrangentes

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais

	2013	2012
FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL		
Lucro líquido do exercício (antes dos impostos)	23.867	45.044
AJUSTES PARA CONCILIAR O LUCRO AO CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Depreciação e amortização	217	285
Equivalência patrimonial	(1)	(2.925)
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	-	(2)
Valor residual do ativo intangível/imobilizado baixado	8	62
Provisão (reversão) para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	-	1
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.584	10.335
	25.749	52.800
(AUMENTO) REDUÇÃO DOS ATIVOS OPERACIONAIS		
Contas a receber de clientes e outros	(2.951)	(33.506)
IR e CSLL a Recuperar	8.071	(18.079)
Impostos e contribuições a recuperar, exceto IR e CSLL	(7.807)	4.773
Recuperação de dividendos e juros sobre capital próprio	132	121
Estoques	(19)	-
Despesas pagas antecipadamente	-	(17)
Partes relacionadas	(311)	586
Outros ativos	(321)	41
	(3.206)	(46.081)
AUMENTO (REDUÇÃO) DOS PASSIVOS OPERACIONAIS		
Fornecedores	(1.361)	20.862
Salários e encargos a pagar	(10)	403
Impostos e Contribuições a recolher, exceto IR e CSLL	(18.697)	9.533
Partes relacionadas	953	31
Imposto de renda (IR) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) pagos	(33)	(8.911)
Outros passivos	(62)	(2)
	(19.210)	21.916
	3.333	28.635
CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
ATIVIDADE DE INVESTIMENTO		
Aquisição de investimentos	(6.000)	-
Aquisição de imobilizado	(334)	(202)
Aquisição de intangível	(1.294)	(552)
Aplicação em títulos e valores mobiliários	-	(879)
Resgate de títulos e valores mobiliários	889	-
GERAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE CAIXA EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(6.739)	(1.633)
ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO		
Aumento (Redução) de Capital	5.277	-
UTILIZAÇÃO DE CAIXA EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	5.277	-
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.871	27.002
Caixa e equivalentes no início do exercício	31.011	4.009
Caixa e equivalentes no final do exercício	32.882	31.011
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	1.871	27.002

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

2.11. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção deduzido da depreciação acumulada. A depreciação acumulada é calculada a taxas que levam em consideração a vida útil efetiva dos bens.

2.12. Intangível



2.16. Operações de Compra e Venda de Energia Elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração da Companhia, quando essas informações não estão disponíveis temporariamente.

2.17. Normas, interpretações e alterações de normas contábeis:

As interpretações e alterações das normas existentes a seguir foram editadas e estavam em vigor em 31 de dezembro de 2013, entretanto, não tiveram impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC/IFRS:

Norma	Assunto
CPC 19 (R2)/IFRS 11	"Negócios em Conjunto"
CPC 26 (R1)/IAS 1	"Apresentação das Demonstrações Contábeis"
CPC 33 (R2)/IAS 19	"Benefícios a Empregados"
CPC 36 (R3)/IAS 10	"Demonstrações Consolidadas"
CPC 40 (R1)/IFRS 7	"Instrumentos Financeiros: Evidenciação"
CPC 45/IFRS 12	"Divulgações de Participações em Outras Entidades"
CPC 46/IFRS 13	"Mensuração do Valor Justo"

Normas novas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor:

As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, porém não estão em vigor para o exercício de 2013. A adoção antecipada de normas encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

IFRS:

Norma	Assunto
IFRIC 21	"Taxas"
IFRS 9	"Instrumentos Financeiros"

3 Julgamentos, Estimativas e Premissas Contábeis Significativas

3.1. Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeriam um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração identificou julgamentos que podem ter efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

- Nota 5 - Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa
- Nota 8 - Imposta de Renda e Contribuição Social e Diferida
- Nota 15 - Provisões
- Nota 17 - Receita Líquida
- Nota 20 - Gestão do Risco Financeiro

3.2. Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo período financeiro, são discutidas a seguir:

a) Provisões para riscos tributários

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

b) Provisão para crédito de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização das contas a receber, levando em consideração as perdas históricas e uma avaliação individual das contas a receber com riscos de realização. A provisão é constituída com base nos valores a receber há mais de 360 dias.

4 Caixa e Equivalentes de Caixa

	31/12/13	31/12/12
Caixa e Depósitos bancários à vista	62	218
Aplicações financeiras de liquidez imediata:		
Fundos de investimento	32.820	30.793
	32.882	31.011

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor justo ou de realização.

As aplicações financeiras são formadas, principalmente, por Fundos de Investimentos restritos, compostos por ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, podendo conter diversos ativos tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDB's, entre outros. Os valores aplicados são convertidos em cotas com atualização diária e o cálculo do saldo do cotista é feito multiplicando o número de cotas adquiridas pelo valor da cota no dia.

Outra parte das aplicações financeiras é formada por Certificados de Depósito Bancário - CDB's, que correspondem a operações realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional, contratadas pela empresa ao percentual 101%, do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), tendo como característica alta liquidez e baixo risco de crédito.

5 Contas a Receber de Clientes e Outros

	Ref.	31/12/13	31/12/12
Títulos a receber	(a)	70.005	62.534
Comercialização de energia na CCEE	(b)	28.377	21.448
Serviços prestados a terceiros		152	152
Partes relacionadas (Nota 19)		11.093	20.958
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(c)	(14.015)	(12.431)
Total		95.612	92.661
Circulante		95.612	92.661

(a) Composição dos títulos a receber conforme quadro abaixo:

	Saldos		Vencidos		Total		PCLD	
	vincendos	Até 90 dias	Mais 90 dias	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12	
Setor privado	50.480	9.885	9.640	70.005	83.492	(2.285)	(701)	
Total	50.480	9.885	9.640	70.005	83.492	(2.285)	(701)	
Circulante	-	-	-	70.005	83.492	(2.285)	(701)	

(b) Referem-se a créditos oriundos da comercialização de energia no mercado de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (antigo Mercado Atacadista de Energia - MAE) informados pela CCEE a partir da medição e registro da energia fornecida no sistema elétrico interligado e inclui o montante de R\$11.730 correspondente às operações realizadas no período de setembro de 2000 a dezembro de 2002 vinculados a processos judiciais em andamento movido por agentes do setor que contestam a contabilização da CCEE para o período e que estão contempladas na Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD).

(c) Conforme já mencionado nos itens (a) e (b) a companhia possui PCLD no montante de R\$ 14.015, sendo R\$ 11.730 referente à liquidação do MAE (CCEE) e R\$ 2.285 referente a títulos a receber.

6 Títulos e Valores Mobiliários

Agente Financeiro	Ref.	Tipo de aplicação	Vencimento	Indexador	31/12/13	31/12/12
Banco do Brasil	(a)	Fundo BB Polo	01/06/2014			
			20/04/2017	CDI	277	1.166
Total					277	1.166
Circulante					28	10
Não circulante					249	1.156

(a) Correspondente a ativos do Fundo BB Polo, que possuem prazo para resgate acima de 90 dias, sendo o primeiro vencimento em junho de 2014 e o último em abril de 2017.

7 Impostos e Contribuições a Recuperar

	Ref.	31/12/13	31/12/12
Circulante			
Imposto de Renda - IR	(a)	11.752	17.814
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	(a)	4.750	6.759
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS		799	101
Programa de Integração Social - PIS	(b)	1.300	123
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(b)	5.990	57
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS		43	43
Outros		3	4
		24.637	24.901
Não circulante			
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS		3	2
Outros		74	75
		77	77
Total		24.714	24.978

(a) O ativo de Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL) antecipados corresponde aos montantes recolhidos quando das apurações tributárias mensais, nos termos do artigo 2º da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, além das antecipações de aplicações financeiras, retenção de órgãos públicos e retenção na fonte referente a serviços prestados.

(b) PIS e COFINS a compensar decorrente do regime de apuração não-cumulativo estabelecido pelas Leis 10.637/02 e 10.833/03, respectivamente, créditos provenientes de gastos com materiais aplicados na atividade de prestação de serviços, conforme disposto no Parecer SRFB COSIT nº. 27/2008. O aumento deve-se pelo acumulo de créditos gerados no ano de 2013 que serão compensados a partir de 2014.

8 Tributos e Contribuições Sociais Correntes e Diferidos

A Companhia registrou os tributos e contribuições sociais diferidos sobre as diferenças temporárias, cujos efeitos financeiros ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem as bases de cálculos. O IR é calculado à alíquota de 15%, considerando o adicional de 10%, e a CSLL está constituída a alíquota de 9%.

	31/12/13		31/12/12	
	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido
Imposto de Renda				
Diferenças temporárias	14.612	3.653	13.311	3.328
	14.612	3.653	13.311	3.328
Contribuição Social				
Diferenças temporárias	14.612	1.315	13.311	1.198
	14.612	1.315	13.311	1.198
Total		4.968		4.526

A base de cálculo das diferenças temporárias é composta como segue:

	31/12/13		31/12/12	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Ativo				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	14.015	14.015	12.432	12.432
Provisão PLR	597	597	879	879
Total Líquido	14.612	14.612	13.311	13.311

Estudos técnicos de viabilidade aprovados pelo Conselho de Administração e apreciados pelo Conselho Fiscal da Companhia, indicam a plena recuperação dos valores de impostos diferidos reconhecidos como definido pelo pronunciamento técnico CPC 32 - Tributos sobre o lucro, aprovado pela Deliberação CVM nº 599, de 2009 e correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura da Companhia e do mercado em que a mesma opera.

Como a base tributável do IR e da CSLL decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de IR e CSLL. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

A seguir é apresentada reconciliação da (receita) despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012:

	Ref.	31/12/13		31/12/12	
		IR	CSLL	IR	CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social		23.867	23.867	45.044	45.044
Juros sobre capital próprio		(778)	(778)	(509)	(509)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social após ajuste RTT	(a)	23.089	23.089	44.535	44.535
Alíquota do imposto de renda e contribuição social		25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação		5.772	2.078	11.134	4.008
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do exercício:					
(+) Adições					
Outras adições		69	25	48	291
		69	25	48	291
(-) Exclusões					
Equivalência patrimonial		-	-	(731)	(263)
Incentivos audiovisual/rouanet e PAT		(2)	-	(133)	-
Outras exclusões		(24)	-	(849)	(50)
		(26)	-	(1.713)	(313)
Imposto de renda e contribuição social no resultado		5.815	2.103	9.469	3.986
Corrente		6.141	2.220	12.276	4.995
Recolhidos e Pagos		9.264	3.870	6.528	2.383
À pagar		-	-	2.322	1.160
Compensados e deduzidos		1.970	880	4.107	1.452
Impostos antecipados a recuperar		(5.093)	(2.530)	(681)	-
Diferido		(326)	(117)	(2.807)	(1.009)
		5.815	2.103	9.469	3.986

(a) Regime tributário de transição

A Medida Provisória nº 449/2008, de 03 de dezembro de 2008, convertida na Lei nº 11.941/09, instituiu o RTT - Regime Tributário de Transição, que tem como objetivo neutralizar os impactos dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pela Lei nº 11.638/07, na apuração das bases de cálculos de tributos federais.

A aplicação do RTT foi opcional para os anos de 2008 e 2009 e obrigatória a partir de 2010 para as pessoas jurídicas sujeitas ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), de acordo com a sistemática de lucro real ou de lucro presumido.

A Companhia efetuou sua opção pela adoção do RTT na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica de 2009, (DIPJ) ano-calendário 2008 e adicionalmente em 30 de novembro de 2009 efetuou a elaboração do Controle Fiscal Contábil de Transição (FCONT) criado pela Instrução Normativa nº 949/2009 da Receita Federal do Brasil.

Avaliação dos impactos da Medida Provisória 627

No dia 11 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória (MP) nº 627 que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras providências, dentre elas: (i) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77 que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido; (ii) estabelece que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, que sejam posteriores à publicação desta MP, não terá implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (iii) inclui tratamento específico sobre potencial tributação de lucros ou dividendos; (iv) inclui disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e inclui considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

As disposições previstas na MP têm vigência a partir de 2015. A sua adoção antecipada para 2014 pode eliminar potenciais efeitos tributários, especialmente relacionados com pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio, efetivamente pagos até a data de publicação desta MP, bem como resultados de equivalência patrimonial. A Companhia elaborou estudo dos possíveis efeitos que poderiam advir da aplicação dessa nova norma e concluiu que a sua adoção antecipada, ou não, resultaria em ajustes, especialmente relacionados com juros sobre capital próprio, não relevantes nas Demonstrações Financeiras da Companhia. A Administração aguarda a evolução e tratativas das emendas ao texto da referida Medida Provisória para que possa decidir sobre sua adoção antecipada dentro dos prazos estabelecidos pela referida norma tributária.

9 Investimentos

	Saldos em 31 de dezembro de 2012	Aumento de capital	Redução de participação	Transação com sócios	Equivalência patrimonial	Dividendos e JSCP	Saldos em 31 de dezembro de 2013
NEOENERGIA SERVIÇOS S.A.	1.513	-	(723)	(547)	-	(243)	-
POTIGUAR SUL TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.	-	6.000	-	-	1	-	6.001
TOTAL	1.513	6.000	(723)	(547)	1	(243)	6.001

• Em Assembleia Geral Extraordinária, de 16 de janeiro de 2013, a NC Energia transferiu para a Neoenergia S.A. seu percentual total de participação da Neoenergia Serviços S.A., passando a ser no exercício de 2013 a Neoenergia a detentora de 100% das ações. A perda na operação foi registrada no Patrimônio Líquido da Companhia como transação entre sócios por estar sob o mesmo controle acionário da Neoenergia.

• Em Assembleia Geral Extraordinária - AGE, em 13 de agosto de 2013, a Companhia adquiriu a empresa Potiguar Sul Transmissão de Energia S.A., que tem como principal atividade estudar, planejar, projetar, construir, operar e manter sistemas de transmissão de energia elétrica, linhas, subestações e centros de controle, bem como a respectiva infraestrutura.

10 Imobilizado

O valor dos ativos imobilizados está composto da seguinte forma:

	31/12/13		31/12/12	
	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação	Depreciação amortização acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em serviço				
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,6%	1.021	(317)	704
Máquinas e equipamentos	4,1%	678	(626)	52
Veículos	14,3%	61	(61)	-
Móveis e utensílios	6,3%	228	(212)	16
		1.988	(1.216)	772
Em curso				
Edificações, obras civis e benfeitorias		146	-	146
Máquinas e equipamentos		214	-	214
Veículos		175	-	175
		535	-	535
Total		2.523	(1.216)	1.077

A movimentação do saldo do imobilizado está demonstrada a seguir:

	Em serviço			Em curso		
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Valor líquido	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2012	2.056	(1.059)	997	74	74	1.071
Adições	-	-	-	202	202	202
Baixas	-	-	-	(62)	(62)	(62)
Depreciação	-	(134)	(134)	-	-	(134)
	13	-	13	(13)	(13)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012	2.069	(1.193)	876	201	201	1.077
Adições	-	-	-	334	334	334
Baixas	(81)	73	(8)	-	-	(8)
Depreciação	-	(96)	(96)	-	-	(96)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	1.988	(1.216)	7			



16 Patrimônio Líquido

Capital Social
Em 31 de dezembro de 2013 o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 18.877 e R\$ 13.600 em 2012 e está representado por ações sem valor nominal como segue:

	Nº de ações	
	Ações Ordinárias	%
Acionistas		
Neoenergia S.A.	18.877	100,00
Total	18.877	100,00
	R\$	
	Ações Ordinárias	%
Acionistas		
Neoenergia S.A.	18.877	100,00
Total	18.877	100,00

Reserva Legal
A reserva legal é calculada com base em 5% de seu lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social. Em 2013 a Companhia constituiu reserva legal no valor de R\$ 797.

17 Receita Líquida

	Ref.	31/12/13	31/12/12
Fornecimento de energia		907.180	819.085
Receita de comercialização		907.180	819.085
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE		43.533	21.515
Outras receitas		83	205
Total receita bruta		950.796	840.805
(-) Deduções da receita bruta	(a)	(152.548)	(145.930)
Total receita operacional líquida		798.248	694.875
(a) Deduções da receita bruta:			
IMPOSTOS:		31/12/13	31/12/12
ICMS		(73.706)	(76.854)
PIS		(14.063)	(12.447)
COFINS		(64.775)	(56.614)
ISS		(4)	(15)
Total		(152.548)	(145.930)

18 Custos e Despesas Operacionais

Os custos e as despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

	Ref.	31/12/13		31/12/12		
		Custos dos serviços	Despesas com vendas e administrativas	Despesas gerais e administrativas	Total	Total
Pessoal	(a)	(6.605)	-	-	(6.605)	(6.434)
Administradores		-	-	-	-	(4)
Entidade de previdência privada	(239)	-	-	(239)	-	(255)
Material	(4)	-	-	(4)	-	(9)
Serviços de terceiros	(2.498)	-	-	(2.498)	-	(2.343)
Energia elétrica comprada para revenda	(764.609)	-	-	(764.609)	-	(635.034)
Depreciação e amortização	(217)	-	-	(217)	-	(285)
Arrendamentos e aluguéis	(510)	-	-	(510)	-	(418)
Tributos	(70)	-	-	(70)	-	(55)
Provisões líquidas - PCLD	-	(1.583)	-	(1.583)	-	(10.335)
Outros ganho/perdas/ alienação/cancelamento /desativação	-	-	(43)	(43)	-	-
Outros	(706)	-	-	(706)	-	(864)
Total custos/despesas		(775.458)	(1.583)	(43)	(777.084)	(656.036)
(a) Custo de Pessoal						

	Acumulado	
	31/12/13	31/12/12
Remunerações	(3.031)	(3.119)
Encargos sociais	(1.189)	(1.213)
Auxílio alimentação	(229)	(244)
Convênio assistencial e outros benefícios	(141)	(218)
Rescisões	(4)	(54)
Férias e 13º salário	(780)	(525)
Plano de saúde	(283)	(346)
Participação nos resultados	(948)	(715)
Total	(6.605)	(6.434)

19 Saldos e Transações com Partes Relacionadas

Empresas	Natureza de Operação	31/12/13			31/12/12		
		Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
COELBA	Energia fornecida	2.151	-	10.041	2.104	-	12.822
TERMOFERNAMBUCO	Energia fornecida	-	-	174.043	18.209	-	128.727
ITAPEBI	Energia fornecida	510	-	12.726	429	-	5.196
	Reembolso de despesa	-	1.236	-	1.236	-	-
GERAÇÃO CIII	Energia fornecida	45	-	1.306	37	-	380
NEOENERGIA SERVIÇOS	Dividendos	1.437	-	-	1.313	-	-
	Juros sobre capital próprio	-	-	-	13	-	-
BAGUARI I	Energia fornecida	-	-	246	-	-	-
BAHIA PCH I	Energia comprada	-	-	(1.189)	-	-	-
RIO PCH I	Energia fornecida	-	-	(1.189)	-	-	-
	Energia comprada	-	-	1.243	-	-	-
	Energia comprada	-	241	(2.833)	-	274	(3.241)
GOIÁS SUL	Energia fornecida	-	-	241	(1.590)	-	274
	Energia fornecida	-	-	75	-	-	-
	Energia fornecida	-	-	75	-	-	-
AFLUENTE GERAÇÃO	Energia fornecida	278	-	1.115	165	-	873
	Energia fornecida	278	-	1.115	165	-	873

Empresas	Natureza de Operação	31/12/13			31/12/12		
		Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
ENERGY WORKS	Energia fornecida	14	-	24	14	-	29
CALANGO 1	Energia fornecida	219	-	219	-	-	-
	Energia fornecida	219	-	219	-	-	-
CALANGO 2	Energia fornecida	174	-	174	-	-	-
	Energia fornecida	174	-	174	-	-	-
CALANGO 3	Energia fornecida	219	-	219	-	-	-
	Energia fornecida	219	-	219	-	-	-
CALANGO 4	Energia fornecida	290	-	290	-	-	-
	Energia fornecida	290	-	290	-	-	-
CALANGO 5	Energia fornecida	216	-	216	-	-	-
	Energia fornecida	216	-	216	-	-	-
MEL 2	Energia fornecida	-	-	1.564	-	-	-
	Energia fornecida	-	-	1.564	-	-	-
ARIZONA 1	Energia fornecida	1.771	-	7.259	-	-	-
	Energia fornecida	1.771	-	7.259	-	-	-
CAETITÉ 2	Energia fornecida	4.694	-	4.694	-	-	-
	Energia fornecida	4.694	-	4.694	-	-	-
CAETITÉ 3	Energia fornecida	512	-	5.048	-	-	-
	Energia fornecida	512	-	5.048	-	-	-
Potiguar Sul	Outros	311	-	-	-	-	-
	Outros	311	-	-	-	-	-
Neoenergia S.A.	Prestação de serviço	-	-	(351)	-	-	-
	Dividendos	-	62.084	-	-	36.327	-
	Juros sobre capital próprio	-	1.287	-	-	509	-
	Reembolso de despesa	-	-	-	-	33	(394)
	Reembolso de despesa	-	63.371	(351)	-	36.869	(394)

A remuneração total dos administradores para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foi de R\$ 521 (R\$ 671 em 31 de dezembro de 2012), a qual é considerada benefício de curto prazo. A Companhia mantém ainda benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

20 Gestão do Risco Financeiro

Em atendimento à Deliberação CVM nº. 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40, a Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos.

Considerações Gerais e Políticas

A administração dos riscos financeiros da Companhia segue o proposto na Política Financeira do Grupo que foi aprovada pelo Conselho de Administração da holding. Dentre os objetivos dispostos na Política estão: proteção de 100% da dívida em moeda estrangeira, o financiamento dos investimentos da Companhia com Bancos de Fomento, alongamento de prazos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. Além dessa Política a empresa monitora seus riscos através de uma gestão de controles internos que tem como objetivo o monitoramento contínuo das operações contratadas, proporcionando maior controle das operações realizadas pelas empresas do grupo. Com relação às aplicações financeiras, a Companhia segue a Política de Crédito do Grupo que estabelece limites e critérios para avaliação e controle do risco de crédito ao qual a empresa pode estar exposta. De acordo com essa política, a seleção das instituições financeiras considera a reputação das instituições no mercado e as operações são realizadas ou mantidas apenas com emissores que possuem rating considerado estável ou muito estável.

Gestão do Capital Social

A Companhia promove a gestão de seu capital através de políticas que estabelecem diretrizes qualitativas aliadas a parâmetros quantitativos que visam a monitorar seu efetivo cumprimento. A gestão do capital consiste em estabelecer níveis de alavancagem que maximizam valor para a empresa, considerando o benefício fiscal da dívida, o custo de endividamento e todos os diversos aspectos envolvidos na definição da estrutura ótima de capital. Não houve alterações dos objetivos, políticas ou processos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Em 31 de dezembro de 2013, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e equivalentes de caixa - são valores considerados como mantidos para negociação e por isso classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado.
- Títulos e valores mobiliários - Representam os fundos restritos compostos por papéis com prazo para resgate acima de 90 dias, considerados como mantidos para negociação e classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado.
- Contas a receber de clientes e outros - decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como recebíveis, e estão registrados dos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Fornecedores - decorrem diretamente das operações da Companhia e são classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado.

Valor Justo

O Valor justo de um instrumento financeiro é o montante pelo qual o mercado precifica determinados ativos e passivos financeiros, considerando o não favorecimento das partes envolvidas. A Administração da Companhia entende que valor justo de contas a receber e fornecedores, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, já esta refletido em seu valor contábil. Assim como para os títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento.

Os ativos financeiros classificados como mensurados a valor justo estão, em sua maioria, aplicados em fundos restritos, dessa forma o valor justo está refletido no valor da cota do fundo. As assets possuem suas metodologias de marcação a mercado, em conformidade com o Código Anbima de Regulação e Melhores práticas.

O quadro a seguir apresenta o valor contábil e justo dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2013 e 2012, classificados pelas categorias de instrumentos financeiros, conforme disposto na CPC 38:

	31/12/13		31/12/12	
	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativo financeiros (Circulante/ Não circulante)				
Empréstimos e recebíveis	95.612	274.686	92.661	195.128
Contas a receber de clientes e outros	95.612	274.686	92.661	195.128
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado	33.159	33.159	32.177	32.177
Caixa e equivalentes de caixa	32.882	32.882	31.011	31.011
Títulos e valores mobiliários	277	277	1.166	1.166
Passivo financeiros (Circulante/ Não circulante)				
Mensurado pelo custo amortizado	(65.128)	(181.474)	(66.489)	(155.384)
Fornecedores	(65.128)	(181.474)	(66.489)	(155.384)

Hierarquia de Valor Justo

A tabela abaixo apresenta os instrumentos financeiros classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado, de acordo com o nível de mensuração de cada um, considerando a seguinte classificação, conforme previsto na CPC 40:

- Nível 1 - Mercado Ativo: Preço cotado (sem ajustes) em mercado; e
- Nível 2 - Sem Mercado Ativo: outros dados além dos cotados em mercado (Nível 1) que podem precificar as obrigações e direitos, direta (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).
- Nível 3 - Sem Mercado Ativo: dados para precificação não presente em mercado.

	31/12/13			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ativos				
Ativos financeiros				
Mantidos para negociação				
Caixa e equivalentes de caixa	62	32.820	-	32.882
Títulos e valores mobiliários	277	-	-	277
Total	339	32.820	-	33.159

Fatores de Risco

- Riscos financeiros
- Risco de taxas de juros

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

A Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2013, aplicações financeiras atreladas ao CDI. A análise de sensibilidade demonstra os impactos no resultado da Companhia de uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no período		Cenário	Cenário
			Saldo provável	(II)	(III)	
ATIVOS FINANCEIROS						
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	8,05%	32.820	2.666	1.999

Para os rendimentos das aplicações financeiras, foi considerada a projeção do CDI da BM&FBOVESPA para o período no cenário provável, uma redução de 25% no CDI projetado para o cenário II e uma redução de 50% para o cenário III.

Risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos no vencimento. Este risco é controlado, através de um planejamento criterioso dos recursos necessários às atividades operacionais e à execução do plano de investimentos, bem como das fontes para obtenção desses recursos. O permanente monitoramento do fluxo de caixa da empresa, através de projeções de curto e longo prazo, permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

Havendo sobras de caixa são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na Política de Crédito do Grupo Neoenergia, com o objetivo de preservar a liquidez e mitigar o risco de crédito (atribuído ao rating das instituições financeiras). As aplicações da Companhia são concentradas em fundos restritos para as empresas do Grupo, e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária.

Em 31 de dezembro 2013 a Companhia mantinha um total de aplicações no curto prazo de R\$ 32.820 mil em fundos restritos.

A tabela abaixo demonstra o valor total dos fluxos de caixa das obrigações da Companhia, com empréstimos, financiamentos, debêntures, fornecedores e outros, por faixa de vencimento, correspondente ao período remanescente contratual.

Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual total	31/12/13			Acima de 5 anos
		2014	2015	2016	
(66.489)	(66.489)	(66.489)	-	-	-

Passivos financeiros não derivativos:

- Fornecedores
- Riscos operacionais
- Risco de crédito

O risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de converter em caixa seus ativos financeiros. Para os ativos financeiros oriundos da principal atividade realizada pela Companhia que é o de comercialização de energia, existem limitações impostas pelo ambiente regulado, onde cabe a esse agente determinar alguns processos operacionais e administrativos, dentre eles, políticas de cobrança e mitigação dos riscos de crédito de seus participantes.

Para os demais ativos financeiros classificados como caixa e equivalentes e títulos e valores mobiliários a companhia segue as disposições da Política de Crédito do Grupo que tem como objetivo a mitigação do risco de crédito através da diversificação junto às instituições financeiras, centralizando as aplicações em instituições de primeira linha. As aplicações da Companhia são concentradas em fundos restritos para as empresas do Grupo Neoenergia, e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária.

Garantias e outros instrumentos de melhoria de créditos obtidos

De uma forma geral, por questões econômicas ou regulatórias, não são tomadas garantias físicas ou financeiras dos créditos obtidos nas atividades fins da Companhia, o Contas a receber de clientes e outros.

Sua principal exposição de risco de crédito é oriundo da possibilidade da empresa vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora as contas a receber realizando diversas ações de cobrança. Além disso, os clientes da Companhia têm firmado um Contrato de Constituição de Garantia de Pagamento e Fiel Cumprimento das Obrigações.

21 Seguros

A Companhia tem a política de manter cobertura de seguros em montante adequado para cobrir possíveis riscos com sinistros, segundo a avaliação da Administração. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia está demonstrado a seguir (Nesta nota valores apresentados em Reais - R\$):

Riscos	Data da vigência		Importância	Prêmio (R\$)
	08/10/2013 a	08/10/2014		
Veículos			Tabela FIPE	3

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes, com as principais apólices descritas a seguir: Veículos - coberturas básicas de responsabilidade civil facultativa de veículos, casco e acidentes pessoais coletivos; e coberturas adicionais de quebra de vidros, assistência 24 horas e carro reserva por sete dias em caso de sinistro ou roubo.

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da **NC Energia S.A.** tendo examinado, em reunião nesta data, as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social de 2013, compreendendo o relatório da administração, o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, de mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, complementadas por notas explicativas, bem como a proposta de destinação de lucro, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e pelo contador da Companhia e considerando, ainda, o relatório dos auditores independentes PricewaterhouseCoopers, aprovou os referidos documentos e propõe sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2014